



Número: **0809458-23.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 27.114,18**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA (AUTOR)		ABEL ICARO MOURA MAIA (ADVOGADO) Adriano Clementino Barros (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
80111426	24/03/2022 09:58	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró

---

Processo: 0809458-23.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

DIREITO CIVIL –  
LEGISLAÇÃO  
ESPECIAL –  
PROCESSUAL  
CIVIL – SEGURO  
DPVAT – AÇÃO DE  
COBRANÇA – NÃO  
COMPROVAÇÃO  
DE LESÕES  
CONSOLIDADAS -  
LAUDO PERICIAL  
QUE ATESTOU  
APENAS  
DISFUNÇÕES  
TEMPORÁRIAS-  
IMPROCEDÊNCIA  
DO PLEITO  
AUTORAL

I

MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA, já qualificado nos autos, veio à presença deste juízo, por intermédio de advogado regularmente constituído, propor AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também já qualificada, alegando que em 26 de junho de 2018 o autor foi vítima de acidente de trânsito.

Outrossim menciona que, em decorrência disso, sofreu lesões físicas de caráter permanente.

Assim, requereu a condenação da parte ré ao pagamento de indenização referente ao Seguro DPVAT, por invalidez permanente, na quantia de R\$ 27.114,18 (vinte e sete mil cento e quatorze reais e dezoito centavos).

Anexou aos autos os documentos pertinentes ao acidente relatado.

Justiça gratuita deferida mediante o despacho de ID nº 44018654.

Citada, a parte ré apresentou defesa (ID nº 47035256), alegando questões que em seu entender obstam o deferimento do pleito autoral. Ao final, requer a improcedência dos pleitos autorais.

Impugnação à contestação constante do ID nº 48007851.

Laudo Pericial constante no ID nº 69980105.

Intimadas para se manifestarem acerca do laudo pericial, as partes assim o fizeram nos Id's nº 70855304 e 76652567.

É o relato necessário.

## II

A pretensão da parte autora não merece prosperar, eis que não logrou êxito na comprovação do alegado na exordial (artigo 373, I, CPC).

Ainda que tenha minimamente demonstrado nexo causal entre as lesões físicas sofridas e um sinistro veicular, não obteve sucesso em provar que do sinistro decorreu sequela permanente.

Nesta linha argumentativa, o laudo pericial demonstra que as disfunções possuem natureza apenas temporária, não havendo incapacidade permanente total ou parcial.

A parte autora por ocasião da manifestação ao laudo, menciona que o perito não procedeu corretamente quando asseverou não existir lesão permanente. Neste contexto, requer uma nova perícia por entender que a outrora realizada foi superficial e levou o perito a uma conclusão equivocada a respeito da lesão.

Nesta linha intelectual, observa-se que o demandante não acostou qualquer laudo/atestado médico recente que pudesse se contrapor às asserções da perícia judicial. Ademais, os documentos juntados com a inicial não mencionam qualquer lesão diferente da atestada pelo perito, tampouco que houve lesão de gravidade substancial a ponto de se inferir que as conclusões do perito estão equivocadas.

Desta feita, não procedem os argumentos do autor no sentido de que há documentação robusta na inicial para que este Juízo pudesse deferir o pleito de nova perícia, não havendo assim razões plausíveis para se desconstituir o entendimento do médico que realizou a perícia em Juízo.

Nesse sentido, a jurisprudência pátria assim se posiciona:

**AÇÃO DE  
COBRANÇA.  
INDENIZAÇÃO  
DE SEGURO  
OBRIGATÓRIO/  
LESÕES  
CORPORAIS  
NÃO  
CONSOLIDADA  
O direito à  
indenização,  
lastreada no  
seguro DPVAT,  
pressupõe a  
existência de  
invalidez  
permanente  
parcial ou total  
da vítima.  
Laudo pericial  
judicial que  
concluiu pela  
existência de  
invalidez  
parcial e  
temporária, não  
fazendo  
qualquer  
menção à  
consolidação  
das lesões  
sofridas pelo  
segurado.  
Enquanto não  
houver a  
consolidação da  
sequela deixada  
pelo acidente de  
trânsito, não  
nasce ao Autor a  
pretensão de**

recebimento de indenização securitária. Falta da condição da ação, consistente no interesse de agir da parte autora. Reforma de ofício da r. sentença.  
RECURSO DO AUTOR NÃO PROVIDO;  
SENTENÇA REFORMADA DE OFÍCIO, para extinguir o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. (TJ-SP – APL: 000571398201482 S P 0005713-98.2014.)  
Relator: Berenice Marcondes Cesar, Data de Julgamento: 15/09/2015, 28ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/09/2015).

Desta feita, resta julgar improcedente o pleito de indenização decorrente das circunstâncias narradas nos autos, eis que ausente comprovação de existência da invalidez/incapacidade de caráter permanente.

### III

Por conseguinte, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão deduzida em juízo pela parte autora, **MICHAEL JACKSON MENEZES DE SOUSA**, extinguindo, com resolução de mérito, o presente processo, com esteio no art. 487, I, do CPC.

**CONDENO** o demandante ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixando estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com base no disposto no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

A execução da verba honorária fica condicionada ao disposto no art. 98, §3º, do CPC, uma vez que o autor é beneficiário da Justiça gratuita.

Após o trânsito em julgado, archive-se, com a baixa respectiva.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Mossoró/RN, 24 de março de 2022

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)